



2ª CAPACITAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER EM GÊNERO E RAÇA

“MULHERES INDÍGENAS, DEFENSORIA PÚBLICA E GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA”

A Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos,

Considerando que a atividade da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP), vinculada à Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) visa ao aperfeiçoamento, capacitação e qualificação das defensoras e defensores públicos através de diversas atividades, como cursos, seminários, aulas, audiências públicas, entre outras;

Considerando que a ENADEP tem por objetivo também a educação em direitos, conforme o artigo 4º da Lei Complementar Nº 80/94, que afirma que é função institucional expressa da defensora e do defensor público promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

Considerando a visão da ENADEP de disseminar conhecimento jurídico de excelência baseado na ação transformadora de toda pessoa humana;

Considerando que a assistência jurídica prestada pelo Estado está a cargo das Defensorias Públicas por meio do trabalho de defensoras e defensores públicos e seus auxiliares;

RESOLVE organizar, em conjunto com as Comissões da Mulher e Étnico Racial da ANADEP, a “**2ª CAPACITAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER EM GÊNERO E RAÇA 2021**” a ser realizada em formato virtual, com transmissão pelo YouTube da ANADEP.

1. EMENTA:

É cediço que o Brasil tem uma das maiores populações indígenas do mundo, são aproximadamente 896.917 indígenas, distribuídos em 305 povos, com maior concentração demográfica nos Estados de Roraima e Amazonas (CENSO, 2010). Várias etnias, culturas, tradições, crenças, diferentes práticas comunitárias de soluções de conflitos e experiências sociais diversas compõem esse cenário de diversidade, que se reflete também no modo como ocorre o acesso de cada um desses povos ao sistema de justiça, garantia esta que se confunde, no Brasil, com o efetivo acesso destas populações vulnerabilizadas à Defensoria Pública.

Dentro deste contexto, as mulheres indígenas, vivendo nos territórios ou vivendo fora dos territórios, são ainda mais invisibilizadas e passam pelo sistema de justiça sem que seus direitos humanos diferenciados restem garantidos, muito menos efetivados nos casos concretos. Segundo o [Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas](#) lançado em



2020 pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 113 indígenas de 21 povos diferentes foram assassinados em 2019. Foram registrados 10 casos de violência sexual praticadas contra indígenas — uma atualização do documento, relativa a 2020, deve ser apresentada em setembro. Em quase todos, as vítimas eram crianças e adolescentes. De acordo com a Anmiga, 448 mil mulheres vivem em comunidades ancestrais ou com algum grau de integração com a sociedade não indígena.

Recentemente, a morte de Daiane Griá Sales, adolescente kaingang de 14 anos, nos arredores da Terra Indígena do Guarita, no Noroeste do Rio Grande do Sul, expôs problemas estruturais resultantes da articulação entre o racismo e o sexismo. Na mesma semana do assassinato, Raissa da Silva Cabreira, uma criança guarani kaiowá de 11 anos, foi morta na Reserva Indígena de Dourados, no Sul do Mato Grosso do Sul. Os episódios têm mobilizado mulheres indígenas que buscam fortalecer as redes de enfrentamento à violência já existentes e trabalham na criação de novos espaços de discussão para combater desigualdades dentro e fora de seus territórios.

Outro ponto é o fenômeno da migração que se intensificou no mundo, e que se fez sentir mais fortemente no Brasil com as migrações advindas do Haiti, Síria e Venezuela. Em relação à migração Venezuelana, esta nos tocou mais fortemente, pela proximidade fronteiriça com o Brasil. Mais de 601 mil pessoas venezuelanas já migraram para o Brasil, sendo que só em Roraima vivem mais de 40 mil. Sendo que 5,4 milhões de venezuelanos e venezuelanas já deixaram seu país fugindo da fome e da escassez generalizada.

Sabe-se que parte desta população migrante é constituída de mulheres, entre elas mulheres indígenas da etnia Warao, advindas da Venezuela, da Região do Delta Macuro. Parte destas populações de mulheres está sendo interiorizada pelas agências da ONU que atuam nos Estados de Roraima e Amazonas, por intermédio do Projeto Acolhida do Governo Federal em parceria com Exército Brasileiro, e perpassarão por todo o país, com impactos diretos em todas as Defensorias Públicas Estaduais e da União.

2. METODOLOGIA:

A presidenta da ANADEP e a Diretora da ENADEP farão a abertura do Encontro, que contará com a participação das coordenadoras das Comissões da Mulher e Étnico Racial da ANADEP. A palestra de abertura será da Deputada Federal Joênia Wapixana, com Ritual indígena com cânticos e defumação de MARUAI.

O evento contará com dois painéis de duração de 1h cada um, com a participação de Defensores (as) Públicos (as) e convidados (as) externos (as) com experiência na temática. Serão reservados 10 minutos para perguntas ao final das falas. O evento contará, ainda, com rodada de debates fomentadas por Defensores (as) Públicos (as).



3. OBJETIVOS:

No ano em que se comemoram os 15 anos da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, importante que se lance um olhar e se busque analisar como a Defensoria Pública tem atuado para garantir o acesso à justiça às mulheres. Contudo, com o presente recorte étnico, busca-se observar como o tema vem sendo tratado, especificamente, no que concerne às populações indígenas, lançando luz à situação especial das mulheres indígenas.

A Defensoria Pública tem o dever de integrar redes e ser espaço de acolhimento; mas, na prática, o que se vê é que para a maioria das defensoras e defensores públicos reina o desconhecimento quanto às pautas indígenas. Não são apenas as barreiras da língua, do tom de pele, da geografia, consequências gritantes do racismo estrutural, mas toda uma diversidade cultural que é invariavelmente estranha ao nosso dia a dia.

A pergunta é: quando nos deparamos com uma mulher indígena e com as diversas violências que sofre, esteja ela dentro ou fora do território, estamos preparadas e preparados para este acolhimento/atendimento?!

Por todas essas circunstâncias e razões, em meio à maior mobilização na história dos povos originários, na Capital Federal, reforçando o grito: Nossa história não começa, em 1988! E em alusão à Campanha Nacional ANTIRRACISTA da ANADEP, a capacitação propõe-se a amplificar as vozes de mulheres indígenas e de colegas defensores e defensoras que trabalham com pautas indígenas, das mais variadas regiões do país, para dentro e fora da Defensoria Pública, buscando uma grande troca de experiências e conhecimentos que fomentem o acesso à justiça e garantia de direitos humanos às mulheres indígenas.

4. **PERÍODO:** 17/09 (sexta-feira).

5. **HORÁRIO:** 09h às 13h (horário de Brasília).

6. **LOCAL:** Youtube da ANADEP: <https://www.youtube.com/canalANADEP>.

7. **CARGA HORÁRIA:** 4 horas.

8. **PÚBLICO- ALVO:** Defensores (as) Públicos (as), Magistrados (as), Advogados (as), Estudantes.

9. **INSCRIÇÃO:** a inscrição prévia se dará por meio de formulário do Google Forms.

10. **PERÍODO DE INSCRIÇÃO:** de 11/09 a 16/09 (às 12h).

11. **CERTIFICAÇÃO:** Para receber o certificado, o (a) participante deverá estar previamente inscrito (a) e assinar a lista de presença no dia do curso. A lista será



disponibilizada na descrição da *live* do YouTube.

12. MAIS INFORMAÇÕES: anadep@anadep.org.br com assunto "**2ª CAPACITAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER EM GÊNERO E RAÇA**".

13. PROGRAMAÇÃO

DIA	HORARIO	TEMA	PALESTRANTE	MEDIADOR (A)
17/09	09h-09h30	Abertura	Deputada Federal Joenia Wapichana	
	09h30-09h40	Ritual indígena com cânticos e defumação de MARUAI	Vanda Pajé Macuxi	
	09h40-10h20	I PAINEL - A feminização das migrações e mobilidades: um olhar sobre as mulheres migrantes da Venezuela	Leany Torres Moralefa Alba González	Jeane Xaud
	10h20-10h30	<i>Perguntas</i>		
	10h30-10h50	Momento de Arte Indígena Contemporânea	Daiara Tukano	
	11h-11h40	II PAINEL – Violência, demarcação e racismo institucional contra as mulheres indígenas	Joziléia Kaingang Angélica Kaingang	Alessandra Quines
	11h40-11h50	<i>Perguntas</i>		
	12h-12h50	MESA DE DEBATES – Violência contra as mulheres, territórios, migração e racismo contra os povos indígenas.	Juliana Abdel (DPE-RS) Carla Carol (DPE-SE) Daiane Santos (DPE-PA) Cláudia Aguirre (DPE-AC) Johny Giffoni (DPE-PA)	Jeane Xaud e Alessandra Quines
12h50	Encerramento	Jeane Xaud e Alessandra Quines		